

# REVISTA ZÊNITE INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - ILC

a. 25

n. 297

nov. 2018

## DOCTRINA

1087 Decreto nº 9.488/2018 – Alteração do regulamento federal de Registro de Preços  
*Sidney Bittencourt*

1095 Cláusulas anticorrupção nas contratações públicas  
*Luiz Eduardo Altenburg de Assis  
Fernanda Santos Schramm*

1104 Definição do regime de execução  
*Paulo Sérgio de Monteiro Reis*

## ORIENTAÇÃO PRÁTICA

1119 Reajuste de contrato para elaboração de projeto de engenharia – Considerações sobre a aplicação do índice INCC

 1124 Dispensa em razão do valor – Unidades de empresa estatal com autonomia orçamentária

1130 Convênios sem contrapartida financeira – Análise sobre a possibilidade de prazo de vigência indeterminado

1137 Inexigibilidade de licitação – Impossibilidade em razão das condições previamente estabelecidas pela Administração

## PERGUNTAS E RESPOSTAS

1144 1. Existe um índice específico para o reajuste dos contratos de tecnologia da informação?

1145 2. É possível contratar fornecedor exclusivo de vale-transporte para transporte público municipal e intermunicipal caso ele esteja em débito com FGTS e INSS?

1147 3. No âmbito da Administração Pública federal, a quem compete aplicar sanções durante a vigência da ata de registro de preços? Ao órgão gerenciador? Aos órgãos participantes? E no caso do carona?

1148 4. Qual é o objetivo da etapa de gestão de risco previsto na IN nº 05/2017 da SEGES/MP? Quais informações devem ser levantadas e qual documento deve ser elaborado?

1149 5. Em contratos de serviços de engenharia, quais critérios devem ser considerados para a designação de servidores públicos para exercer funções de fiscal técnico e de membro da comissão de recebimento definitivo?

1151 6. Há necessidade de testemunhas nos contratos administrativos? Qual a responsabilidade delas?

1153 7. Quais as boas práticas a serem adotadas na elaboração das cláusulas contratuais relativas às multas moratória e compensatória?

 1156 8. Conforme prevê o art. 29, § 3º, da Lei nº 13.303/2016, os valores para dispensa em razão do valor podem ser alterados pelas estatais para refletir a variação de custos e admitem valores diferenciados entre as entidades. Como interpretar esse dispositivo?

1158 9. Quais requisitos de qualificação técnica devem ser exigidos da subcontratada nas contratações das estatais? São os mesmos impostos à contratada? Como interpretar o art. 78, § 1º, da Lei das Estatais? Quais as cautelas na avaliação das condições da subcontratada?

1160 10. As entidades do Sistema S estão obrigadas a disponibilizar os orçamentos elaborados nos processos de contratação caso haja solicitação de algum interessado?

1162 JURISPRUDÊNCIA

1169 TRIBUNAIS DE CONTAS

1180 LEGISLAÇÃO

1181 BLOG